

Eleições, armadilha para otários*

Jean-Paul Sartre

Em 1789 foi estabelecido o voto censitário: votavam, não os homens, mas as propriedades *reais* e burguesas que sufragavam apenas a si mesmas. Este sistema era profundamente injusto, uma vez que excluía a maior parte da população francesa do corpo eleitoral. Mas não era absurdo.

Os eleitores votavam isoladamente e em segredo: isso correspondia a separá-los uns dos outros e a admitir apenas vínculos de exterioridade entre os sufrágios. Mas os eleitores eram todos proprietários já isolados por suas propriedades: estas se fechavam sobre seus possuidores e repeliam coisas e homens com toda a sua impenetrabilidade material. As cédulas de votação, quantidades discretas, apenas traziam a separação dos votantes, esperando-se que, ao serem totalizados, os votos colocassem em evidência o interesse da maioria – isto é, o interesse de classe desta.

Por esta mesma época, a Constituinte adotou a lei Le Chapelier. O objetivo expresso desta era suprimir as corporações. Mas, além disso, ela visava também a proibir qualquer associação dos trabalhadores entre si e contra os empregadores. Assim, os não-proprietários, cidadãos passivos que não tinham qualquer acesso à democracia indireta, isto é, ao voto de que os ricos faziam uso para eleger o *seu* governo, viram-se ainda subtraídos de toda licença de se agrupar e de exercer a democracia popular, ou direta: a única apropriada para eles, já que não eram suscetíveis de serem separados por seus bens.

Quando, quatro anos mais tarde, a Convenção substituiu o voto censitário pelo sufrágio universal, não considerou conveniente revogar a lei Le Chapelier – fazendo com que os trabalhadores, definitivamente privados da democracia direta, fossem obrigados a votar em proprietários, ainda que nada possuíssem.

Proibidos, mas freqüentes, os agrupamentos populares tornaram-se ilegais, permanecendo legítimos. Às assembleias eleitas pelo sufrágio universal, opuseram-se, em 1794, e, depois, na Segunda República e ainda nos confins da Terceira, em 1870, agrupamentos espontâneos, embora às vezes muito extensos, que deveríamos chamar de classes populares ou de povo, para sermos justos. Em 1848, particularmente, acreditou-se que um poder operário que se havia constituído nas ruas e nos locais de trabalho se opunha a uma Câmara eleita pelo sufrágio universal, recentemente reconquistado. Sabemos qual foi o desfecho: em maio-junho de 1848 a legalidade massacrou a legitimidade. Diante da legítima Comuna de Paris, a legal Assembleia de Bordeaux transferida para Versalhes apenas imitou este exemplo.

No final do século XIX e no início do XX, as coisas pareceram mudar: reconheceu-se aos trabalhadores o direito de greve e as organizações sindicais foram toleradas. Mas os presidentes do Conselho, chefes da legalidade, não suportaram as pulsações intermitentes do poder popular. Clemenceau, particularmente, notabilizou-se como arruinador de greves. Atormentados pelo temor a ambos os poderes, todos recusaram a coexistência do poder legítimo – nascido aqui e ali da unidade real das forças populares – com o falsamente legítimo poder que eles exerciam e que, na verdade, repousava sobre a infinita dispersão dos votantes. Uma vez que o segundo tinha por função desarmar o primeiro, compreende-se que se tenham enredado em uma contradição que só se pôde resolver pela guerra civil.

*

Votando amanhã, mais uma vez vamos colocar o poder legal no lugar do poder legítimo. O primeiro, bastante definido e de uma clareza aparentemente perfeita, atomiza os votantes em nome do sufrágio universal. O segundo é ainda embrionário, difuso e obscuro para si mesmo: nesse momento, não é muito distinguível do vasto movimento não-organizado, libertário e anti-hierárquico que encontramos por toda parte.

Os eleitores pertencem a agrupamentos os mais diversificados. Contudo, não é enquanto membro de um grupo, mas como *cidadão* que a urna os aguarda. A divisória, instalada em uma sala de escola ou de prefeitura, é símbolo de todas as traições que o indivíduo pode cometer contra os grupos a que pertence. A cada um, ela diz: “ninguém te vê, dependes apenas de ti; vais decidir no isolamento; depois, poderás esconder tua decisão, ou mentir sobre ela”. Nada mais é necessário para transformar os eleitores que entram nesta sala em traidores potenciais uns aos olhos dos outros. E a desconfiança ainda aumenta a distância que os separa.

Se queremos lutar contra a atomização, primeiro é necessário tentar compreendê-la. Os homens não nascem na separação: surgem no seio de uma família que os *faz* durante seus primeiros anos. Na seqüência de suas vidas, farão parte de diferentes comunidades sócio-profissionais e fundarão suas próprias famílias. Eles são atomizados quando grandes forças sociais – as condições de trabalho

em regime capitalista, a propriedade privada, as instituições, etc. – aplicam-se sobre os grupos de que fazem parte, para os segmentar e os reduzir às unidades de que se pretende que sejam compostos.

O Exército, para citar apenas um exemplo de instituição, nunca considera a pessoa completa do convocado, que só se concretiza com base no seu pertencimento a grupos existentes. O Exército só vê no recruta o *elemento*, ou seja, o soldado, entidade abstrata definida pelos deveres e pelos raros direitos que representam suas relações com o poder militar. Este “soldado”, que o convocado precisamente não é – mas a que o serviço militar o pretende reduzir – é, em si, *outro* que si mesmo e *identicamente* outro entre todos os convocados de uma mesma classe. É essa mesma identidade que os separa, pois representa para cada um apenas o conjunto preestabelecido de suas relações com o Exército. Desse modo, durante as horas de treinamento, cada um é outro que si e, no mesmo lance, idêntico a todos os Outros que são outros que si próprios. Somente pode haver relações reais com seus companheiros se, durante a refeição, ou à noite, no alojamento, juntos, eles se despojarem do seu ser-soldado.

No entanto, a palavra “atomização”, tão freqüentemente empregada, não traduz a verdadeira situação das pessoas pulverizadas e alienadas pelas instituições. Embora se tente substituir relações concretas de pessoas com pessoas por simples liames de exterioridade, não é possível reduzi-las à solidão absoluta do átomo. Não é possível excluí-las de toda vida social: o soldado toma ônibus, compra jornal, vota. Isto supõe que use “coletivos” junto com os Outros. Acontece que os coletivos se dirigem a ele como membro de uma série (a dos compradores de jornal, a dos telespectadores, etc.). Quanto à essência, passa a ser idêntico a todos os outros membros, só diferindo desses por seu número de ordem.

Diremos que foi serializado. Reencontraremos a serialização da ação no campo prático-inerte, onde a matéria se faz mediação entre os homens na mesma medida em que os homens se fazem mediação entre os objetos materiais (a partir do momento em que um homem assume o volante de seu carro, ele é apenas mais um motorista entre os outros, contribuindo para diminuir a velocidade de todos, inclusive a própria: um efeito que é o contrário daquilo que pretendia quando *ele-mesmo* quis possuir um automóvel).

A partir daí nasce em mim o pensamento serial – que não é o meu próprio – mas o pensamento do Outro que eu sou e o de todos os Outros. É preciso designá-lo de pensamento de impotência, porque eu o produzo na medida em que sou o Outro, inimigo de mim-mesmo e dos Outros. E na medida em que por toda parte carrego este Outro comigo.

Suponhamos uma empresa na qual durante vinte ou trinta anos nenhuma greve tenha ocorrido, mas onde, em virtude da carestia, o poder de compra dos operários diminua constantemente. Cada trabalhador começa a ter em mente uma

ação reivindicatória. Porém, os vinte anos de “paz social” foram a pouco e pouco estabelecendo relações de serialidade entre os trabalhadores. Qualquer greve, mesmo de 24 horas, exigiria união dos trabalhadores. Mas, neste instante, o pensamento serial – que separa – resiste fortemente às manifestações primeiras de um pensamento de grupo. Ele será racista (“os imigrantes não iriam nos acompanhar”), misógino (“as mulheres não nos compreenderiam”), hostil às demais categorias sociais (“nem os pequenos comerciantes, nem os camponeses do interior, iriam nos ajudar”), desconfiado (“meu vizinho é um *Outro*, assim não sei como ele reagiria”) e assim por diante.

Estas proposições separatistas não representam o pensamento dos próprios trabalhadores, mas o dos *outros* que eles são e que querem manter sua condição de identidade e de separação. Se a união triunfar, não mais encontraremos rastro dessa ideologia pessimista. Sua única função é justificar a manutenção da ordem serial e a continuidade da impotência, parcialmente sofrida, parcialmente acolhida.

O sufrágio universal é, pois, uma instituição que atomiza ou serializa homens concretos e para quem estes são entidades abstratas: cidadãos, definidos por um conjunto de direitos e de deveres políticos – quer dizer, definidos por suas relações com o Estado e suas instituições. O Estado os transforma em cidadãos ao lhes dar, por exemplo, o direito de votar uma vez em cada quatro anos, sob condição de que preencham alguns requisitos muito gerais – que na verdade não caracterizam nenhum deles: ser francês, ter mais de 21 anos. Sob esse prisma, nascidos em Perpignan ou em Lille, todos os cidadãos são perfeitamente idênticos, como os soldados do Exército: não há interesse em seus problemas concretos, que nascem em suas famílias e em seus ajuntamentos sócio-profissionais.

Diante das solidões abstratas e das separações desses homens, erguem-se grupos ou partidos a lhes solicitar os votos. Alegam que os eleitores vão delegar o poder a um ou a vários desses grupamentos políticos. Mas, para “delegar autoridade”, seria necessário que a série constituída pela instituição do voto possuísse pelo menos um pouco dela. Ora, dado que o sufrágio universal lhes foi concedido com a finalidade de os atomizar e de impedir que se unam, enquanto estiverem em condição serial, esses cidadãos – idênticos e fabricados pela lei, desarmados, separados pela desconfiança de cada um para cada outro, mistificados, mas conscientes da própria impotência, de modo algum poderão constituir o grupo soberano do qual nos dizem que todos os poderes emanam: o Povo.

Apenas partidos que originalmente foram grupos – aliás, mais ou menos serializados e burocratizados – podem ser considerados como possuindo um embrião de poder. Nesse sentido, seria necessário inverter a fórmula clássica: quando um partido diz – “Vote em mim!” – não deveremos entender que os eleitores lhe delegam a soberania que possuem. Devemos compreender que os votantes, recusando-se a se unir em grupo para ter acesso à soberania, designam uma ou várias

comunidades políticas já constituídas para estender o poder que já possuem até os limites nacionais.

Nenhum partido poderá representar a série dos cidadãos, porque o partido extrai sua potência de si mesmo, isto é, de sua estrutura comunitária. A série de impotência não tem como delegar autoridade. O partido, pelo contrário, qualquer que seja, faz uso da sua autoridade para agir sobre a série, exigindo que esta lhe dê os seus votos. E essa autoridade do partido sobre cidadãos serializados só é limitada pela autoridade do conjunto dos outros partidos.

Em uma palavra: quando voto, abduco de meu poder. Abro mão da possibilidade, presente em cada um, de, ao lado de todos os outros, constituir um grupo soberano. Renuncio a construir um grupo desprovido da necessidade de representantes. Afirmo que nós, os votantes, continuamos sendo outros que nós mesmos, e que – a não ser por pessoas interpostas – nenhum de nós é capaz de abandonar a serialidade em benefício do grupo.

Votar é, sem dúvida, para o cidadão serializado, oferecer sua voz a um Partido. Mas é principalmente votar a favor do voto. A favor da instituição política que nos mantém em estado de impotência serial. Vimos isso em junho de 1968, quando De Gaulle pediu à França, erguida e unida, que fosse votar, isto é, que se prostrasse e que chafurdasse na serialidade. Então os grupos não-institucionais se desfizeram e os eleitores, idênticos e separados, votaram na UDR (União dos Democratas pela República), que prometia defendê-los contra a ação de grupos que eles mesmos haviam constituído apenas alguns dias antes.

Vê-se isso ainda hoje, quando Séguy pede três meses de paz social para não inquietar os eleitores: na verdade, para que as eleições sejam *possíveis* – o que elas não seriam se quinze milhões de grevistas determinados e instruídos pela experiência de 1968 se recusassem a votar e passassem à ação direta. O eleitor deve permanecer acomodado e convencer-se profundamente de sua impotência: assim ele vai escolher Partidos a fim de que estes exerçam a autoridade dos partidos – não a sua autoridade. Desse modo, fechado em seu direito de voto, como um proprietário em sua propriedade, cada um elegerá os seus feitores por quatro anos – sem ver que este pretense direito não passa de proibição de se unir aos outros para, pela *praxis*, resolver os verdadeiros problemas.

Sempre escolhido pelos grupos da Assembléia e nunca pelos eleitores, a forma de escrutínio agrava as coisas. A eleição proporcional não arrancava os votantes da serialidade. No entanto, utilizava *todos* os votos. A Assembléia fornecia uma imagem correta da França política, isto é, serializada, uma vez que os Partidos estavam representados proporcionalmente ao número de votos que cada um havia obtido. Nosso escrutínio por lista única, ao contrário, como dizia um jornalista com toda justiça, inspira-se no princípio oposto, que é $49\% = 0$. Se, em uma circunscção, no segundo turno, os candidatos da UDR obtiverem 50% dos votos, todos estarão

eleitos. Os 49% da oposição cairão no vácuo: eles correspondem a cerca de metade da população, que não tem direito a ser representada.

Nesse sistema, tomemos um eleitor que tenha votado nos comunistas em 1968 e cujos candidatos não foram eleitos. Ele vai votar, suponhamos, no mesmo PC em 1973. Se os resultados serão diferentes dos de 1968, isto não dependerá dele, uma vez que ele terá, nos dois casos, dado seus votos aos mesmos candidatos. Para que seu voto seja útil, é necessário que um certo número de eleitores que votaram em 1968 na maioria atual dela se desliguem, enfadados, e prefiram votar mais à esquerda. Mas, primeiro, não depende de nosso homem decidir quais deles; depois, é bem provável que sejam de outro meio e que o eleitor sequer os conheça. Tudo se decidirá em outro lugar e de outra maneira: pela propaganda dos partidos, por alguns órgãos da imprensa... O eleitor do PC (Partido Comunista) tem apenas que votar. Isso é tudo o que se lhe pede: e ele votará, mas não participará das ações que terminarão por modificar a direção do seu voto.

Além disso, muitos daqueles, que poderiam ser levados a mudar de opinião, são hostis à UDR. Mas também são visceralmente anticomunistas. Eles preferirão os “reformistas”, que, por este caminho, passarão a ser o fiel da balança. Não é verossímil que se unam à coligação PS (Partido Socialista)-PC: darão, portanto, sua força à UDR que como eles quer conservar o sistema capitalista. Aliança entre UDR e reformistas, tal será o sentido objetivo do voto do eleitor comunista: seu voto é de fato necessário para que o PC conserve sua votação e mesmo para que a aumente. É este ganho que vai diminuir o número de eleitos da maioria e que os vai persuadir a se lançarem nos braços dos reformistas.

Se nós aceitamos as regras desse jogo de babacas, então nada há a dizer. Mas enquanto o nosso eleitor é ele-mesmo, ou seja, homem concreto, de modo algum poderá ficar satisfeito com o resultado que obterá como Outro idêntico. Seus interesses de classe e suas determinações individuais coincidiram para fazê-lo escolher uma maioria de esquerda. Mas ele terá contribuído para enviar à Assembléia uma maioria da direita e do centro, na qual o partido mais importante ainda será a UDR Assim, quando esse homem colocar sua cédula na urna, seu voto receberá das outros votos uma significação diferente daquela que ele teria pretendido lhe imprimir. Reencontramos aqui a ação serial, tal como a encontramos no setor prático-inerte.

Vamos ainda mais longe: já que votando eu afirmo minha impotência institucionalizada, a maioria de plantão não tem escrúpulos de amputar e manipular o corpo eleitoral, favorecendo os campos e as cidades que “votam bem” em prejuízo dos subúrbios e das periferias que “votam mal”. Desse modo, até mesmo a serialidade do eleitorado fica deformada. Se ela fosse perfeita, um voto valeria outro. Estamos longe disto: são necessários cento e vinte mil votos para eleger um deputado comunista e trinta mil para mandar à Assembléia um UDR. Um eleitor da maioria vale

quatro eleitores do PC. Isto acontece porque este último vota contra uma super-maioria, isto é, contra uma maioria que quer permanecer no lugar por meios que vão além da pura e simples serialidade dos votos.

*

Por que eu votarei? Porque me convenceram de que o único ato político da minha vida consiste em colocar meu sufrágio na urna uma vez em cada quatro anos? Mas isto é o contrário de um ato. Por ele eu nada mais faço, além de revelar minha impotência; além de obedecer ao poder de um Partido. Mais ainda: o voto de que disponho possui valor variável, conforme eu obedeça a este ou àquele Partido.

Por esta razão, a maioria da Assembléia futura vai se basear apenas em uma coalizão. E as decisões que tomará serão compromissos que não poderão absolutamente refletir os desejos que meu voto exprimia. Em 1959 a maioria votou em Guy Mollet, porque ele pretendia fazer a paz na Argélia o mais rapidamente possível. O governo socialista que tomou o poder resolveu intensificar a guerra: isto levou muitos eleitores a passar da série (que nunca sabe em quem e em quem vota) ao grupo de ação clandestina. Deveriam ter feito isso muito mais cedo; mas foi o resultado improvável de seus votos o que denunciou a impotência do sufrágio universal.

Tudo está bastante claro: se refletirmos, chegaremos à conclusão de que a democracia indireta é uma mistificação. Pretende-se que a Assembléia eleita seja a que melhor reflita a opinião pública. Mas só há opinião pública serial. A imbecilidade dos meios de comunicação de massa, as declarações do governo, a maneira parcial ou truncada pela qual os jornais refletem os acontecimentos, tudo isso vem encontrar-nos em nossa solidão serial e nos empanturrar de idéias pré-fabricadas, feitas daquilo que pensamos que os outros pensarão.

Sem dúvida, no fundo de nós existem exigências e protestos. Mas, não sendo ratificadas pelos outros, aniquilam-se, deixam-nos com sentimento de frustração e com “hematomas na alma”. Assim, quando nos chamam para votar, tenho, eu-Outro, a cabeça recheada de idéias petrificadas que a imprensa ou a tevê nela empilharam: são essas idéias seriais que se expressam pelo meu voto. Mas elas não são *minhas* idéias. O conjunto das instituições da democracia burguesa me divide em duas partes: existe o eu e existem todos os outros que me dizem que sou (francês, soldado, trabalhador, contribuinte, cidadão, etc.). Esta bipartição nos faz viver perpetuamente naquilo que os psiquiatras chamam de crise de identidade. Em suma, quem sou eu? Um outro, idêntico a todos os outros, habitado por esses pensamentos de impotência que nascem em toda parte, e que em lugar algum são *pensados*? Ou eu mesmo? E quem vota? Já não me reconheço mais.

Há, entretanto, os que votarão “para mudar de crápulas” – como dizem. Isto quer dizer que a derrubada da UDR tem prioridade absoluta, a seus olhos. Reconheço que seria belo demitir esses políticos nojentos. Mas já passou pela cabeça de

alguém a idéia de que, para derrubá-los, deveremos pôr em seus lugares uma outra maioria que conservará os mesmos princípios eleitorais?

UDR, reformistas e PC-PS são concorrentes: tais Partidos se colocam sobre um terreno comum, que consiste na representação indireta, nos seus poderes hierárquicos e na impotência dos cidadãos. Em suma, o território comum deles é o “sistema burguês”. Que o PC, que se pretende revolucionário, tenha caído nisso de procurar o poder ao modo burguês, aceitando a sua instituição de sufrágio – é algo que deveria dar o que pensar. Tais partidos competem para ver quem enganará melhor os cidadãos: a UDR fala de ordem e de paz social; o PC tenta fazer esquecer sua imagem de revolucionário.

E o PC consegue isso tão bem, com a ajuda calorosa dos socialistas, que, caso aconteça de vir a tomar o poder em virtude de nossos votos, adiará a Revolução *sine die* e se transformará no mais estável dos partidos eleitorais. Então, haverá tanta vantagem assim em mudar? De toda maneira a Revolução será afogada nas urnas. E isso em nada surpreende, pois as urnas foram feitas para isso mesmo.

Entretanto, alguns querem ser maquiavélicos e se servir de seus votos para obter um resultado que não seja serial. Esperam, enviando uma maioria PC-PS para a nova Assembléia, constranger o presidente Pompidou a tirar a máscara e dissolver a Câmara: em outros termos, a nos forçar à luta ativa, classe contra classe, ou melhor, grupo contra grupo, talvez à guerra civil. Que estranha idéia, esta, de nos serializar de acordo com a vontade do inimigo, a fim de que este reaja pela violência e nos obrigue a nos unir!

Isto é um equívoco. Para maquiavelizar é necessário partir de dados seguros, cujos efeitos possam ser previstos. Não é este o caso. Não se pode prever com segurança o resultado de um sufrágio serializado: é previsível que a UDR perderá cadeiras e que o PC-PS, bem como os reformistas, ganharão algumas. O resto não é suficientemente provável para que sobre tal base se defina uma tática.

Um único indicador: a pesquisa do IFOP publicada no *France Soir* em 4 de dezembro prevê 45% para PC-PS, 40% para a UDR e 15% para os reformistas. E esta curiosa constatação: há muito mais votos no PC-PS do que pessoas convencidas de que esta coalizão vencerá. Em que pese a falibilidade das pesquisas, haverá muita gente disposta a votar na esquerda – mas com a certeza de que a esquerda não vai obter a maioria dos votos. E haverá ainda mais pessoas para quem a eliminação da UDR é prioritária, mas que não serão muito desejosas de a substituir pela esquerda.

No momento em que escrevo, 5 de janeiro de 1973, estas observações dão como provável uma maioria UDR-Reformistas. Neste caso, Pompidou não dissolverá a Assembléia e preferirá se entender com os reformistas; a maioria vai se abrandar um pouco; menos escândalos existirão (ou vai-se tentar um jeito de que sejam menos facilmente descobertos); J.-J. Servant-Schreiber e Lecanuet entrarão para o governo. É isso: o maquiavelismo se voltará contra os maquiavéis.

Se eles querem retornar à democracia direta, a do povo em luta contra o sistema, a dos homens concretos contra a serialização que os transforma em coisas, por que, então, não começar aqui? Votar, não votar, dão no mesmo. Abster-se é confirmar a nova maioria, qualquer que seja ela. Se não lutarmos ao mesmo tempo – isto é, desde agora – contra o sistema da democracia indireta que de modo deliberado nos reduz à impotência, tudo o que fizemos sobre este assunto resultará em nada. Se não tentarmos organizar – cada um de acordo com seus recursos – o vasto movimento anti-hierárquico que por toda parte contesta as instituições.

Nota

* *Eléctions, piège à cons.* Publicado em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973, pp. 1099-1108. Tradução de José Carlos Rodrigues.